Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Mounjaro no SUS de Cuiabá: iniciativa que precisa de cautela e protocolos

A disponibilização de Mounjaro (tirzepatida) pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de Cuiabá representa um marco na atenção básica à obesidade, uma condição crônica que custa vidas e muitos recursos públicos. No entanto, sem protocolos robustos, capacitação e estratégia financeira, corre-se o risco de falhar naquilo que poderia se tornar referência nacional.

Como a experiência que tenho no tratamento clínico da obesidade, avalio com otimismo a decisão pioneira de Cuiabá em disponibilizar esse fármaco gratuitamente pelo SUS. Essa iniciativa pode beneficiar pacientes com obesidade grau 2 e 3, mas precisa de uma estrutura com equipe multidisciplinar, composta por nutrólogos, endocrinologistas, nutricionistas e educadores físicos para acompanhamento completo desses pacientes. É preciso combinar o mounjaro e estilo de vida, assim há mais chances de resultados duradouros.

A iniciativa merece não apenas reconhecimento, como também uma reflexão cuidadosa sobre os caminhos que temos percorrido no enfrentamento de uma das condições mais desafiadoras da atualidade. Nesse contexto, a chegada de medicamentos inovadores como a tirzepatida reforça a importância de tratarmos a obesidade com a seriedade e a complexidade que ela exige.

No Sistema Único será preciso haver uma supervisão rigorosa, com protocolos claros de monitoramento. Em longo prazo, reduzir peso nesse grupo pode evitar doenças como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, trazendo economia ao SUS e melhora na qualidade de vida.

O mounjaro já é reconhecido por sua eficácia tanto para diabetes tipo?2 quanto para perda de peso. Porém, o custo privado é entre R$?1.400 e R$?2.400 mensais, tornando inacessível para a maioria. O SUS em Cuiabá quebra essa barreira e atinge 27,2% dos adultos com essa condição, e os índices são ainda mais altos entre mulheres 29,7%, de acordo com dados recentes do Ministério da Saúde (2024).

O aporte inicial financiado por emenda parlamentar é positivo, mas frágil. Deve-se planejar em longo prazo: negociar preços com a fabricante, buscar incorporação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), e avaliar custo-benefício antes de ampliar o acesso.

O sucesso depende de qualificação real das equipes locais, gestão eficiente de filas e infraestrutura para consultas, exames e educação continuada dos profissionais. No papel de médico em emagrecimento, defendo com convicção uma incorporação responsável, com critérios clínicos bem definidos, monitoramento rigoroso e reforço contínuo na educação em saúde. Se bem conduzido, este projeto pode ser transformador salvando vidas, prevenindo complicações e tornando-se modelo de combate à obesidade no Brasil.

Arnaldo Sérgio Patrício é especialista em Medicina Interna e Radiologia e atende como médico responsável pela Unidade de Nutrição do Hospital São Judas em Cuiabá Instagram @arnaldosergio